

Agenda para 1992

PAULO HARTUNG
e SÉRGIO MACHADO

As primeiras horas da madrugada da quinta-feira, 19 de novembro, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Câmara dos Deputados encerrou o penúltimo capítulo da novela em que se transformou o processo de votação do Orçamento da União para 1992, cujo ato final transcorre com a sua aprovação no plenário do Congresso Nacional.

Entretanto, o ator principal da peça orçamentária não estava presente: o governo. Responsável pela elaboração do orçamento na sua versão inicial, a ele devem ser debitadas as maiores responsabilidades pelas deficiências existentes no processo de decisão sobre as prioridades nacionais que, se corretamente identificadas, deveriam se refletir nas dotações consignadas aos diversos subprojetos que compõem o orçamento.

A atuação atabalhoada desse ator principal ainda é a definidora da linha mestra do espetáculo, pois, apesar das 74 mil emendas apresentadas pelos coadjuvantes da peça, a participação do Legislativo contribui para alterar o roteiro em, no máximo, 5%.

As dificuldades encontradas por aqueles coadjuvantes que se preocupam com a valorização da sua participação no processo orçamentário, por menor que seja o papel que lhes cabe, são enormes, a começar por deficiências encontradas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1992, aprovada de roldão pelos partidos que apóiam o governo, no primeiro semestre deste ano.

Esse arremedo de LDO só veio agravar o cenário de ausência de planejamento gerado por um Plano Plurianual que, de plano, só leva o nome, por constituir um amontoado de quadros e tabelas que nem ao menos servem de orientação para a execução dos projetos principais.

A estas dificuldades, devem ser somadas as decorrentes do funcionamento de uma comissão mista totalmente desaparelhada para desempenhar as tarefas que se deseja que execute, à semelhança das suas congêneres nos países desenvolvidos. Em complementação a esse quadro quase trágico, a peça é ensaiada e relatada por atores tradicionais, oriundos de grupos que dominam aquela arte, através de práticas viciadas, consubstanciadas ao longo do tempo.

O resultado final desta comparação da votação de peça orçamentária a uma novela com características de dramalhão é a constatação de que, apesar dos avanços a duras penas conquistados este ano, a comissão mista ainda é apenas uma chanceladora das iniciativas do Executivo, uma mera legalizadora burocrática de um processo.

A Constituição federal estabeleceu um arcabouço ideal para uma verdadeira sistemática de definição

das verbas orçamentárias, sob critérios apropriados, mas, na prática, esse esquema tem se revelado ineficaz, por não estar sendo adequadamente utilizado.

A tentativa de transformação desta situação é uma tarefa árdua, todavia alguns resultados práticos foram obtidos pela primeira vez, os relatores parciais foram questionados sobre os critérios que fixaram a aprovação das emendas e se conseguiu fazer germinar a semente de que o processo orçamentário deve ser encarado como um instrumento poderoso na busca do desenvolvimento nacional.

Além disso, em paralelo à votação do orçamento, após horas de extenuantes discussões, conseguiu-se, também, fazer ver ao Executivo que não mais lhe seria permitido continuar atulhando a comissão mista de projetos de créditos adicionais, para serem votados a toque de caixa. Aceitou-se que, excepcionalmente, alguns créditos fossem aprovados, rejeitaram-se outros e, principalmente, introduziu-se uma alteração na LDO/92 de modo que, no próximo exercício, tais pedidos de créditos só possam ser encaminhados até 31 de outubro.

O PSDB, sem falsa modéstia, orgulha-se de estar contribuindo para essa mudança de atitude da comissão mista e, apoiado pelos setores progressistas, espera, em 1992, dar prosseguimento a essa caminhada.

Para isso, já encaminhamos uma proposta de alteração da Resolução nº 1, estabelecendo prazos e procedimentos para discussão do Plano Plurianual, da LDO e do orçamento de 1993 mais compatíveis com o objetivo de se dotar o País de um processo orçamentário digno e transparente.

A análise dos projetos de revisão do Plano Plurianual e da LDO/93, com diretrizes claras e precisas para elaboração e, principalmente, para execução do orçamento de 1993 serão os novos desafios a enfrentar na comissão mista.

É indispensável a valorização desses instrumentos de planejamento, de modo que seja cumprido o papel que lhes atribuiu a Constituição, sob pena de desmoralização de uma iniciativa cuja assimilação ainda é incipiente.

Além disso, a implantação efetiva da estrutura da comissão mista e da subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização é tarefa inadiável, sem a qual o Poder Legislativo não estará habilitado a desempenhar suas funções.

Acreditamos que estes objetivos a alcançar em 1992 já estejam começando a se consolidar na consciência da maioria dos membros da comissão mista. Lutaremos para que, ao final de 1992, isso seja realidade.

■ Paulo Hartung, economista, é deputado federal (PSDB-ES). Sérgio Machado, deputado federal (PSDB-CE), é membro da Comissão Mista de Orçamento